



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

## LEGISLAÇÃO NACIONAL

### LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

#### **Lei n.º 7/2019, de 16 de Janeiro**

Aprova o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, transpondo a Diretiva (UE) 2016/97, altera a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e revoga o Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho - [DOC](#)

#### **Lei n.º 5/2019, de 11 de Janeiro**

Regime de cumprimento do dever de informação do comercializador de energia ao consumidor - [DOC](#)

#### **Lei n.º 4/2019, de 10 de Janeiro**

Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% - [DOC](#)

#### **Lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro**

Orçamento do Estado para 2019 - [DOC](#)

#### **Lei n.º 70/2018, de 31 de Dezembro**

Grandes Opções do Plano para 2019 - [DOC](#)

#### **Lei n.º 65/2018, de 30 de Novembro**

Autoriza o Governo a aprovar um novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943, e a alterar as Leis n.ºs 62/2011, de 12 de dezembro, que cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos, e 62/2013, de 26 de agosto, Lei da Organização do Sistema Judiciário - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de Dezembro**

Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 122/2018, de 28 de Dezembro**

Altera o regime jurídico que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria - [DOC](#)

#### **Decreto-Lei n.º 119/2018, de 27 de Dezembro**

Cria o novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice - [DOC](#)



**Decreto-Lei n.º 118/2018, de 27 de Dezembro**

Cria o complemento extraordinário para pensões de mínimos - [DOC](#)

**Decreto-Lei n.º 117/2018, de 27 de Dezembro**

Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2019 - [DOC](#)

**Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro**

Altera o Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores - [DOC](#)

**Decreto-Lei n.º 110/2018, de 10 de Dezembro**

Aprova o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943 - [DOC](#)

**Decreto-Lei n.º 109-A/2018, de 7 de Dezembro**

Altera o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético - [DOC](#)

**Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de Novembro**

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento - [DOC](#)

**Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de Novembro**

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça - [DOC](#)

**Decreto Regulamentar n.º 13/2018, de 28 de Dezembro**

Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas relativamente a empresas do setor bancário - [DOC](#)

**Decreto Regulamentar n.º 12/2018, de 27 de Dezembro**

Define e regulamenta a atualização extraordinária das pensões em 2019 - [DOC](#)

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 168/2018, de 7 de Dezembro**

Autoriza a realização da despesa inerente à aquisição dos serviços de produção, personalização e emissão do cartão de cidadão e de produtos conexos para o período de 1 de janeiro 2019 a 31 de dezembro de 2021 - [DOC](#)

**Portaria n.º 25/2019, de 17 de Janeiro**

Portaria que procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2019 - [DOC](#)

**Portaria n.º 24/2019, de 17 de Janeiro**

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) - [DOC](#)

**Portaria n.º 332/2018, de 24 de Dezembro**

Sexta alteração do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro - [DOC](#)

**Portaria n.º 328/2018, de 19 de Dezembro**

Define o regime de certificação de empresas tendo em vista o acolhimento de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver uma atividade altamente qualificada em Portugal - [DOC](#)

**Portaria n.º 325/2018, de 14 de Dezembro**

Aprova a nova declaração modelo 10 e as respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)



**Portaria n.º 324/2018, de 14 de Dezembro**

Aprova a nova declaração modelo 44 e as respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

**Portaria n.º 322/2018, de 13 de Dezembro**

Aprova as novas instruções de preenchimento da declaração modelo 25 - [DOC](#)

**Portaria n.º 321/2018, de 13 de Dezembro**

Aprova a nova declaração modelo 13 e as respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

**Portaria n.º 320/2018, de 13 de Dezembro**

Aprova a nova declaração modelo 37 e as respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

**Portaria n.º 319/2018, de 12 de Dezembro**

Aprova a declaração modelo 39 e respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

**Portaria n.º 317/2018, de 11 de Dezembro**

Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2018 - [DOC](#)

**Portaria n.º 315/2018, de 10 de Dezembro**

Fixa o montante do capital mínimo coberto pelo seguro de responsabilidade civil obrigatória para os mediadores de recuperação de empresas - [DOC](#)

**Portaria n.º 310/2018, de 4 de Dezembro**

Regulamenta o disposto no artigo 45.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, sobre a comunicação de operações suspeitas (Lei anti branqueamento) - [DOC](#)

**Portaria n.º 309/2018, de 3 de Dezembro**

Regula o regime aplicável à certificação de entidades formadoras de mediadores de recuperação de empresas - [DOC](#)

**Portaria n.º 307/2018, de 29 de Novembro**

Fixa o horário das secretarias dos tribunais, nos termos do disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março - [DOC](#)

**Portaria n.º 303/2018, de 26 de Novembro**

Procede à alteração de várias portarias do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2020 - [DOC](#)

**Despacho n.º 791-A/2019, de 18 de Janeiro**

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2019 - [DOC](#)

**Despacho n.º 616/2019, de 14 de Janeiro**

Aprova as alterações da declaração periódica de rendimentos Modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento - [DOC](#)

**Despacho n.º 599/2019, de 11 de Janeiro**

Determina os valores mínimos em regime jurídico de segurança social dos trabalhadores independentes - [DOC](#)

**Aviso n.º 311/2019, de 7 de Janeiro**

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro - [DOC](#)

**Aviso n.º 212/2019, de 4 de Janeiro**

Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas para 2019 - [DOC](#)



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

### DECRETOS DA ASSEMBLEIA

#### **Decreto da Assembleia 264/XIII, 11 de Janeiro**

Direito a juros indemnizatórios por pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais (altera LGT) - [DOC](#)

### PROPOSTAS DE LEI

#### **Proposta de Lei 176/XIII, 17 de Janeiro**

Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil - [DOC](#)

#### **Proposta de Lei 168/XIII, 28 de Novembro**

Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária - [DOC](#)

#### **Proposta de Lei 167/XIII, 28 de Novembro**

Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais - [DOC](#)

### PROJETOS DE LEI

#### **Projeto de Lei 1055/XIII (PAN), 28 de Dezembro**

Institui um regime de autorização de residência assente em atividades de investimento em projetos ecológicos – Vistos Green - [DOC](#)

#### **Projeto de Lei 1053/XIII (PSD), 21 de Dezembro**

Regulamentação do Lobbying - [DOC](#)

#### **Projeto de Lei 1046/XIII (PSD), 3 de Dezembro**

Alteração da taxa especial dos rendimentos prediais - [DOC](#)

#### **Projeto de Lei 1041/XIII (PSD), 3 de Dezembro**

Alteração do Código ao Imposto sobre Pessoas Singulares para exclusão da tributação dos montantes das indemnizações por denúncias de contratos de arrendamentos habitacionais de sujeitos passivos com baixo RABC - [DOC](#)

## GOVERNO DE PORTUGAL

**Reforço da parceria estratégica global Portugal/China:** Declaração conjunta - [DOC](#)

Visita de Estado do Presidente da **República Popular da China:** Instrumentos bilaterais - [DOC](#)

Visita de Estado do Presidente da **República de Angola:** Instrumentos Bilaterais para assinatura - [DOC](#)

#### **Proposta de Resolução 83/XIII, 29 de Novembro**

Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado Luanda, em 18 de setembro de 2018 - [DOC](#)

#### **Proposta de Resolução 82/XIII, 29 de Novembro**

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018 - [DOC](#)



## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 17 de Janeiro - [DOC](#)**

*ponto 3.* Foi aprovada a proposta de lei que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras.

*ponto 4.* Foi aprovada a proposta de lei que reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164.

## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 10 de Janeiro - [DOC](#)**

*ponto 3.* Foi aprovado o decreto-lei relativo ao regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária.

É criado o regime jurídico das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI), constituídas como um veículo de promoção do investimento e de dinamização do mercado imobiliário, em particular do mercado de arrendamento. Acompanha-se, deste modo, uma tendência já consagrada noutros mercados europeus de referência, beneficiando da experiência de alguns Estados Membros, que há alguns anos regulam este tipo de sociedades, habitualmente denominadas de Real Estate Investment Trusts.

## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 3 de Janeiro - [DOC](#)**

*ponto 4.* Foi aprovado o decreto-lei que estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva 2012/17.

## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 20 de Dezembro - [DOC](#)**

*ponto 10.* Foi aprovada a resolução que aprova o plano de ação para a segurança e saúde no trabalho 2019/2020.

## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 13 de Dezembro - [DOC](#)**

*ponto 3.* Foi aprovada a proposta de lei que introduz alterações ao Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil.

*ponto 5.* Foi aprovado o decreto-lei que procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA. O presente diploma tem como objetivos essenciais promover a simplificação legislativa e conferir uma maior segurança jurídica aos contribuintes, consolidando e atualizando legislação dispersa relativa ao processamento de faturas e de outros documentos fiscalmente relevantes, bem como harmonizando regras divergentes em matéria de conservação de documentos para efeitos de IVA, IRC e IRS.

## **Comunicado do Conselho de Ministros, de 6 de Dezembro - [DOC](#)**

*ponto 4.* Foi aprovado o decreto-lei que estabelece as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, altera o regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, e revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2370. São assim introduzidos no ordenamento jurídico português os requisitos do chamado quarto «pacote ferroviário», que garantem uma maior independência do gestor da infraestrutura no que respeita às funções essenciais, assegurando um acesso equitativo pelas empresas de transporte de passageiros e reforçando uma maior coordenação entre ambos.

## **CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

### **CONSULTAS PÚBLICAS**

**Consulta Pública n.º 2/2019, de 16 de Janeiro** - Projeto de Regulamento que restringe a comercialização, distribuição e venda de contratos diferenciais e proíbe a comercialização, distribuição e venda de opções binárias em Portugal a investidores não profissionais, consulta termina em 27 de Fevereiro - [DOC](#)

**Consulta Pública n.º 1/2019, de 8 de Janeiro** - Alterações ao Regulamento sobre reclamações e resolução de conflitos, consulta termina em 29 de Janeiro - [DOC](#)

**Consulta Pública n.º 10/2018, de 2 de Janeiro** - Projeto de Regulamento relativo às sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia, consulta termina em 12 de Fevereiro - [DOC](#)





## REGULAMENTAÇÃO

**Regulamento da CMVM n.º 13/2018, de 4 de Janeiro** - Atividade de gestão de organismos de investimento coletivo - [DOC](#)

**Regulamento da CMVM n.º 12/2018, de 4 de Janeiro** - Altera os deveres relativos ao exercício de atividades de intermediação financeira - [DOC](#)

**Regulamento da CMVM n.º 11/2018, de 2 de Janeiro** - Prestação de informação pelas entidades gestoras de plataforma de negociação que negoceie instrumentos financeiros derivados de mercadorias ou licenças de emissão e respetivos derivados e pelos intermediários financeiros que executem operações no mercado de balcão nesses instrumentos - [DOC](#)

**Regulamento da CMVM n.º 10/2018, de 2 de Janeiro** - Prestação de informação sobre os dados pormenorizados relativos aos controlos de gestão das posições pelas entidades gestoras de uma plataforma de negociação que negoceie instrumentos derivados de mercadorias - [DOC](#)

**Regulamento da CMVM n.º 9/2018, de 27 de Dezembro** - Regulamento que procede à oitava alteração ao Regulamento da CMVM n.º 7/2003, de 30 de agosto, relativo a taxas - [DOC](#)

**Regulamento da CMVM n.º 8/2018, de 5 de Dezembro** - Deveres informativos e de comercialização relativos a PRIIPs - [DOC](#)

## CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Circular sobre a supervisão do regime recomendatório do **Governo Societário – novas regras e procedimentos para 2019** - [DOC](#)

Conselho de Reguladores faz balanço de 2018 e prepara **propostas para melhorar o MIBEL** - [DOC](#)

CMVM **analisa regime das OPA em estudo de caso** para a OCDE - [DOC](#)

Working paper: **Do Individual Investors Trade Differently in Different Markets?** - [DOC](#)

Newsletter sobre a **Conferência Anual da CMVM. Sustainable Finance - The Road Ahead** - [DOC](#)

Perguntas e Respostas sobre **Finanças Sustentáveis** - [DOC](#)

CMVM delibera **perda da qualidade de sociedade aberta** da Luz Saúde S.A. - [DOC](#)

**Alterações aos deveres de informação** dos Emitentes de valores mobiliários - [DOC](#)

## INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **day-trading** - 4º Trimestre - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Novembro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Outubro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Dezembro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Novembro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Dezembro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Novembro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Dezembro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Novembro - [DOC](#)



## BANCO DE PORTUGAL

### REGULAMENTAÇÃO

**Instrução (Histórico) n.º 1/2019** - Regulamenta o dever de reporte de incidentes de carácter severo, relacionados com a prestação de serviços de pagamento, ao abrigo da DSP2 - 15 de Janeiro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 34/2018** - Estabelece o reporte da exposição ao risco de taxa de juro resultante de atividades não incluídas na carteira de negociação e dos resultados do choque standard avaliado pelo supervisor - 26 de Dezembro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 33/2018** - Estabelece que as instituições de crédito e sociedades financeiras devem comunicar ao Banco de Portugal informação relativa às características dos contratos de crédito regulados pelo DL n.º 74-A/2017, de 23-6, os respetivos colaterais e rendimento do(s) mutuário(s), bem como informação sobre os reembolsos antecipados, totais e parciais, e sobre as renegociações ocorridos nesses contratos de crédito - 19 de Dezembro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 32/2018** - Fixa em 0,057% a taxa base para a determinação das contribuições periódicas para o Fundo de Resolução no ano de 2019 - 19 de Dezembro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 31/2018** - Fixa em 0,0020% a taxa contributiva de base para determinação de taxa de cada instituição participante para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo no ano 2019 e, em 50% a percentagem de elegibilidade de empréstimos subordinados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo assistidas financeiramente pelo Fundo - 19 de Dezembro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 30/2018** - Fixa em 0,0003% a taxa contributiva de base para determinação da taxa de cada instituição, bem como o valor da contribuição mínima para o Fundo de Garantia de Depósitos a realizar pelas instituições participantes (235,00 euros) no ano 2019. Determina que as instituições de crédito participantes não podem substituir a sua contribuição anual por compromissos irrevogáveis de pagamento - 19 de Dezembro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 29/2018** - Revoga expressamente um conjunto de Instruções do Banco de Portugal sobre diversas matérias que se encontram tacitamente revogadas ou cuja aplicabilidade prática se encontra esgotada - 17 de Dezembro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 28/2018** - Instrução que implementa as Orientações da EBA sobre a aplicação do conceito de «grupo de clientes ligados entre si» (EBA/GL/2017/15) - 17 de Dezembro - [DOC](#)

**Instrução (Histórico) n.º 27/2018** - Divulgação de taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 1.º trimestre de 2019 - 12 de Dezembro - [DOC](#)

**Aviso n.º 3/2018** - Define os elementos adicionais da fundamentação da decisão de prestar apoio financeiro a uma entidade relativamente à qual estejam preenchidos os requisitos para a aplicação de uma medida de intervenção corretiva, de acordo com o estabelecido num contrato de apoio financeiro intragrupo, em conformidade com as “Orientações que especificam as condições para a prestação de apoio financeiro intragrupo” da Autoridade Bancária Europeia (Orientações EBA/GL/2015/17) - 13 de Dezembro - [DOC](#)

### RELATÓRIOS E BOLETINS

Estudos da Central de Balanços: **Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal em 2017** - [DOC](#)

**Sistema Bancário Português: Desenvolvimentos recentes** - 3º Trimestre de 2018 - [DOC](#)

**Relatório de Estabilidade Financeira de Dezembro de 2018** - Dezembro - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 1/2019** - Janeiro - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 12/2018** - Dezembro - [DOC](#)



**Boletim Oficial n.º 12/2018:** 2º Suplemento - Dezembro - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 12/2018:** 1º Suplemento - Dezembro - [DOC](#)

**Boletim Oficial n.º 11/2018:** 2º Suplemento - Novembro - [DOC](#)

**Boletim Estatístico n.º 12/2018** - Dezembro - [DOC](#)

**Boletim Estatístico n.º 11/2018** - Novembro - [DOC](#)

**Boletim Económico** - Dezembro - [DOC](#)

**Spoilover Research in Economics at Banco de Portugal**, Year VII - Janeiro - [DOC](#)

**Indicadores Coincidentes** - Dezembro - [DOC](#)

**Indicadores Coincidentes** - Novembro - [DOC](#)

**Newsletter SEPA n.º 14** - Janeiro - [DOC](#)

## INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Artigo de opinião do Governador Carlos da Silva Costa na 100.<sup>a</sup> edição do Boletim do OMFIF: "Why we must complete banking union: **Financial stability threats would hit citizens' trust**" - [DOC](#)

Banco de Portugal divulga novos dados sobre **pedidos de autorização de intermediários de crédito** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **reserva contracíclica de fundos próprios** – 1.º trimestre 2019 - [DOC](#)

Intermediários de crédito – **prorrogação do regime transitório** - [DOC](#)

Banco de Portugal publica Instrução sobre o Reporte da exposição ao risco de taxa de juro resultante de **atividades não incluídas na carteira de negociação** e dos **resultados do choque standard** avaliado pelo supervisor - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **Boletim Económico de dezembro** de 2018 - [DOC](#)

Banco de Portugal, SIBS, APB e bancos debateram **avanços nas transferências imediatas e na DSP2** - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, na **audição pela Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa** sobre "Endividamento das famílias" - [DOC](#)

Banco de Portugal implementa Orientações da **EBA sobre "grupo de clientes ligados entre si"** - [DOC](#)

**Taxas máximas** aplicáveis aos **contratos de crédito** aos consumidores no 1.º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Banco de Portugal **aderiu a rede internacional** que promove a responsabilidade ambiental no setor financeiro - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, no **Fórum Banca 2018** - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, no Jantar-Debate na Ordem dos Engenheiros: "**Fatores Determinantes de um Modelo Sustentado de Crescimento**" - [DOC](#)

Infografia: Estudo da Central de Balanços: **Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017** - [DOC](#)

Intervenção de abertura da Administradora Ana Paula Serra na Sessão de apresentação do estudo "**Importância Económica e Social das IPSS em Portugal**" - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, no **Seminário Jurídico do Banco de Portugal** - [DOC](#)





Intervenção de encerramento do Vice-Governador, Luís Máximo dos Santos, no **Seminário Jurídico do Banco de Portugal** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o **Relatório de Estabilidade Financeira de Dezembro de 2018** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **imposição de uma reserva de fundos próprios às instituições** identificadas como “outras instituições de importância sistémica” - [DOC](#)

## INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

**Estatísticas bancárias Internacionais em base consolidada:** 3º trimestre de 2018 - [DOC](#)

**Estatísticas das empresas da central de balanços:** 3º trimestre de 2018 - [DOC](#)

**Contas nacionais financeiras:** 3º trimestre de 2018 - [DOC](#)

**Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos:** Novembro - [DOC](#)

**Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos:** Outubro - [DOC](#)

**Empréstimos concedidos pelo setor financeiro:** Novembro - [DOC](#)

**Empréstimos concedidos pelo setor financeiro:** Outubro - [DOC](#)

**Financiamento das administrações públicas:** Outubro - [DOC](#)

**Endividamento do setor não financeiro:** Outubro - [DOC](#)

**Empréstimos e depósitos bancários:** Novembro - [DOC](#)

**Empréstimos e depósitos bancários:** Outubro - [DOC](#)

**Balança de Pagamentos:** Novembro - [DOC](#)

**Balança de Pagamentos:** Outubro - [DOC](#)

**Emissões de títulos:** Novembro - [DOC](#)

**Emissões de títulos:** Outubro - [DOC](#)

**Dívida pública:** Novembro - [DOC](#)

**Dívida pública:** Outubro - [DOC](#)

## REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

A **ferramenta informática para registo** dos beneficiários efetivos encontra-se disponível no site do Ministério da Justiça - [DOC](#)



## JURISPRUDÊNCIA

### JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

#### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 5 de Setembro

I. A determinação do horário de trabalho, por princípio, compete ao Empregador, desde que observados, previamente, os deveres expressos no n.º 2, do artigo 212.º, do CT, sendo que esse direito é-lhe reconhecido por se enquadrar dentro dos poderes de direção e organização do trabalho que, legalmente, lhe são reconhecidos.

II. A fixação do período normal do trabalho compete às partes dentro dos limites máximos legais, de acordo com o disposto no artigo 203.º, n.º 1, do CT, não podendo ser aumentado, unilateralmente, pelo Empregador, pois, se o fosse, estaria este a modificar, por sua exclusiva vontade, o objeto do contrato de trabalho no seu aspeto quantitativo.

III. Não tendo o Trabalhador provado, como lhe competia, que acordara com o Empregador um período normal de trabalho semanal de 35 horas e diário de 7 horas, logo que verificada a cessação da situação específica que originara a redução do seu período normal de trabalho de 40 para 35 horas, nada obstava a que o Empregador, legitimamente, repusesse o período normal de trabalho de 40 horas semanais que aquele estava obrigado a prestar por virtude do contrato de trabalho celebrado entre ambos.

IV. Tal regresso à situação contratual convencionada, não configura um aumento do período normal de trabalho do Trabalhador, mas apenas a anteposição da medida quantitativa da prestação do trabalho contratada. - [DOC](#)

#### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 7 de Junho

I. Ao abrigo do art. 674.º, n.º 3, o STJ pode sindicatizar a decisão da matéria de facto em situações em que as instâncias tenham considerado provados certos factos com base em determinados meios de prova, exigindo a lei de forma expressa outra espécie de prova mais solene (formalidade ad substantiam ou formalidade ad probationem).

II. O CVM exige que seja submetido a prova escrita o contrato de registo e depósito de valores mobiliários outorgado entre o intermediário financeiro e investidor não qualificado, mas essa formalidade já não abarca as operações sobre valores mobiliários que, ao abrigo desse contrato, sejam depois efetuadas, as quais podem ser ordenadas verbalmente pelo investidor não qualificado, devendo o intermediário financeiro proceder ao registo escrito ou audiofónico dessas ordens.

III. Em face da especificidade com que são tratadas no CVM as operações executadas pelos intermediários financeiros ao abrigo de contrato de registo e depósito de valores mobiliários, o facto de, a par da análise de documentos, também ter sido usada prova testemunhal e por presunções judiciais para prova de certos factos relativos a tais operações não corresponde à previsão normativa do art. 674.º, n.º 3, do CPC, já que não se verifica a “ofensa de uma disposição expressa de lei que exija” prova documental ou por confissão. - [DOC](#)

#### Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 636/2018, de 22 de Novembro

Julga inconstitucional a interpretação normativa do n.º 5 do artigo 7.º do RGIT, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, no sentido de que impõe o prosseguimento do processo destinado a apurar a responsabilidade criminal de pessoa coletiva já extinta pelo encerramento da respetiva liquidação, nos termos do n.º 2 do artigo 160.º do CSC, fazendo correr sobre o património de cada associado a responsabilidade pelo cumprimento da pena de multa que vier a ser aplicada - [DOC](#)

#### Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 6 de Dezembro

I. Enquanto no carregamento de “ficheiro fechado” o concorrente elabora a proposta localmente, no seu próprio computador, inserindo os documentos em ficheiros que introduz na plataforma electrónica depois de encriptados e assinados, no carregamento progressivo ou de “ficheiro aberto”, a que alude o n.º 5 do art.º 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17/8, o ficheiro está em processo de carregamento até ao momento da submissão, não sendo a sua assinatura exigida até este momento.

II. Estando assente que se teria de considerar que a modalidade de carregamento era a de “ficheiro fechado”, em virtude de a plataforma electrónica utilizada no concurso não ter as potencialidades necessárias para permitir o carregamento progressivo nos termos do mencionado art.º 68.º, n.º 5, e resultando dos factos provados que, em violação do n.º 4 deste art.º 68.º, os ficheiros da proposta da adjudicatária só foram assinados electronicamente depois de carregados no portal, há que averiguar se a formalidade essencial omitida se degradou em não essencial por as funções da assinatura electrónica terem sido asseguradas.

III. Tendo-se provado que todos os ficheiros associados à proposta da adjudicatária foram assinados através de um certificado de assinatura electrónica a ela pertencente e garantindo a plataforma a possibilidade de aferir se uma cópia electrónica que dela tenha sido extraída corresponde ao documento original submetido pelo concorrente, é de concluir que o facto de os ficheiros não terem sido assinados na altura determinada pela lei, mas só em momento posterior, se degrada em formalidade não essencial. - [DOC](#)

#### Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 5 de Dezembro

I. O pedido de revisão oficiosa efectuado ao abrigo do disposto no art. 78.º, n.º 1, 2.ª parte, da LGT, não tem o efeito



suspensivo da cobrança da prestação tributária a que se refere o art. 52.º, n.º 1, da mesma lei e o art. 196.º do CPPT, ainda que o pagamento da dívida exequenda e do acrescido se encontre garantido, a menos que seja apresentado no prazo da reclamação graciosa, caso em que equivale a esta e, por isso, pode ser considerado como “reclamação” para efeitos de suspensão da execução fiscal.

**II.** Esta solução legislativa – de não conferir efeito suspensivo ao pedido de revisão efectuado para além do referido prazo, mesmo que o pagamento da dívida exequenda e do acrescido esteja garantido –, não só resulta da falta de previsão do pedido de revisão oficiosa no texto da lei (art. 52.º, n.º 1, da LGT e art. 196.º, n.º 1, do CPPT), como também se mostra conforme a outras soluções legislativas, designadamente a que resulta da conjugação dos n.ºs 1 e 4, alínea b), do art. 49.º da LGT.

**III.** Por outro lado, essa solução não se mostra desajustada, na medida em que, enquanto os meios impugnatórios indicados no art. 52.º da LGT e no art. 196.º do CPPT têm de ser deduzidos dentro de prazos relativamente curtos, o pedido de revisão oficiosa pode ser apresentado até quatro anos após a liquidação ou até a qualquer momento, se não tiver havido pagamento do tributo (cfr. 2.ª parte do n.º 1 do art. 78.º da LGT), o que significa que, a ser-lhe concedido efeito suspensivo da execução fiscal, existiriam consequências negativas relevantes ao nível da segurança jurídica e da celeridade na cobrança das receitas tributárias prosseguida pela execução fiscal. - [DOC](#)

## **Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de Novembro**

**I.** Resultando expressamente do art. 298.º n.º 4 do CT que nas situações de Lay Off a empresa tem de ter a sua situação contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, quando recorre a este regime de redução ou suspensão, é no momento em que recorre a este regime que tem de ser aferido este pressuposto.

**II.** O princípio “tempus regit actum” não põe em causa as situações em que a lei expressamente vem regular o momento da aferição de pressupostos exigíveis na prática de um ato. - [DOC](#)

## **Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14 de Novembro**

No cálculo do VPT dos terrenos para construção é de afastar a aplicação do coeficiente de localização, na medida em que esse fator de localização do terreno já está contemplado na percentagem prevista no n.º 3 do art. 45.º do CIMI. - [DOC](#)

## **Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 14 de Novembro**

**I.** A autorização administrativa de transmissibilidade de prejuízos fiscais está dependente do preenchimento dos requisitos enunciados no art. 69.º do CIRC (na redacção em vigor à data), o que obriga a que a operação de fusão seja realizada por razões económicas válidas (como a reestruturação ou racionalização das actividades das sociedades intervenientes) e se encontre inserida numa estratégia de redimensionamento e desenvolvimento empresarial de médio ou longo prazo, com efeitos positivos na estrutura produtiva. Para esse efeito, o requerente deve fornecer à entidade administrativa competente todos os elementos necessários para o perfeito conhecimento da operação, já que lhe compete o ónus de prova dos pressupostos constitutivos do direito que invoca (art. 74.º, n.º 1, da LGT).

**II.** Porém, no caso de indeferimento do pedido, a administração está obrigada a expressar os motivos e critérios objectivos que utilizou para chegar a essa decisão, pela enunciação das razões por que entende que a operação não se encontra devida ou suficientemente documentada para o fim em vista; o que o tribunal tem de poder sindicar, até porque a actividade probatória administrativa constitui uma actividade vinculada e, como tal, sujeita a sindicância jurisdicional.

(...)

**X.** Encontrando-se a motivação económica enunciada pelo contribuinte devidamente documentada por forma a evidenciar, de modo convincente, a estratégia empresarial utilizada em termos de racionalidade económica e de melhoria do seu desempenho em função da absorção das áreas de negócio da entidade bancária incorporada, o interesse económico da operação e a sua inserção numa estratégia de redimensionamento e desenvolvimento empresarial de médio ou longo prazo com efeitos positivos na estrutura produtiva, competia à administração fiscal um especial dever de fundamentação, pela evidenciação do carácter artificioso da fusão, por forma a convencer que ela visou unicamente, ou de forma predominante, propósitos de obtenção de vantagens fiscais.

**XI.** O n.º 4 do art. 69.º do CIRC, ao estabelecer que «no despacho de autorização pode ser fixado um plano específico de dedução dos prejuízos fiscais a estabelecer o escalonamento da dedução», visa apenas escalonar o benefício se a administração fiscal o entender necessário após deferir o pedido, não constituindo um requisito ou condição de acesso ao regime contido no art. 69.º do CIRC. - [DOC](#)

## **Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2018, de 27 de Setembro**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: o prazo de prescrição do direito da sub-rogada companhia de seguros só começa a correr depois de ter pago os danos sofridos pelo seu segurado, em consequência de acidente de viação, visto que só depois deste pagamento o seu direito pode ser exercido, nos termos do artigo 498.º, n.os 1 e 2, do Código Civil - [DOC](#)



## Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 19 de Dezembro

1. A lei processual tributária não impõe ao Tribunal a notificação ao recorrido da apresentação das alegações de recurso, mas apenas a notificação do despacho que admitiu o recurso (art.º 282.º, n.º 2, do CPPT).

2. Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 282.º do CPPT, o prazo para o recorrente apresentar alegações é de quinze dias a contar da notificação do despacho que admitiu o recurso e o prazo das contra-alegações é também de quinze dias, a contar do termo do prazo para as alegações do recorrente.

(...)

5. Enferma de erro nos pressupostos a decisão da AT de imputar proporcionalmente aos três sócios administradores de uma sociedade o recebimento dos montantes lançados a débito na conta de sócios (Conta POC 2559 – Outras Operações) sem identificação nessa conta dos beneficiários de tais montantes, excluindo desse benefício económico os restantes sócios não administradores.

6. Faltando os particulares ao dever de colaboração imposto por lei (artigos 59/4 LGT e 48/2 do CPPT), tal não dispensa a AT de averiguar os factos que importem para a decisão do procedimento (art.º 58.º da LGT). - [DOC](#)

## Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 6 de Dezembro

1. A norma punitiva da conduta em causa nos presentes autos é a constante do art.º 114, n.ºs. 1, 2 e 5, al.a), do R.G.I.T., na versão em vigor no ano de 2015 (redacção da Lei 64-B/2011, de 30/12). Estamos perante prestação tributária de I.V.A. autoliquidada pela sociedade recorrente e relativa ao período de Dezembro de 2015, sendo que não foi entregue o valor de € 170.000,00 até ao termo final do prazo de pagamento voluntário que ocorreu em 10/02/2016 (entrega do montante de imposto exigível até ao dia 10 do segundo mês seguinte àquele a que respeite o tributo, quando o sujeito passivo esteja enquadrado no regime normal de periodicidade mensal - cfr.art.ºs. 27, n.º 1, e 41, n.º 1, al.a), do C.I.V.A.; art.º 114, n.ºs. 1 e 5, al.a), do R.G.I.T.).

(...)

6. O legislador faz expressa menção à “entrega” e não ao “pagamento” do tributo. O verbo “entregar” provém, etimologicamente, do vocábulo latino “integrare”, isto é, passar às mãos de outrem. A “entrega” não tem de traduzir-se num acto material, antes pode ser uma “entrega” que ocorre por força da lei e, neste sentido, estamos perante uma “entrega legal”. Certo é que, de acordo com a lei, a entrega do imposto pressupõe a possibilidade do credor dispor de tal quantia, contrariamente ao que defende o recorrente, situação que, no caso concreto, se não verificou dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

7. O I.V.A. é liquidado de acordo com o método subtractivo indirecto ou método de crédito de imposto, sendo tributo que pertence ao Estado e que o sujeito passivo tem a obrigação de liquidar e cobrar por conta do mesmo Estado. Mais se deve referir que a prestação a entregar não corresponde à parcela de imposto deduzido, mas sim à diferença positiva entre o tributo suportado pelo sujeito passivo e o imposto a cuja dedução tem direito.

(...)

10. A exigência de fundamentação da decisão, com indicação dos elementos que contribuíram para a fixação da coima, impõe à autoridade administrativa uma maior ponderação, ínsita na necessidade racionalização do processo lógico e valorativo que conduziu a essa fixação, e assegura a transparência da actuação administrativa, para além de facilitar o controlo judicial, se a decisão for impugnada. Porém, é a necessidade de conhecimento daqueles elementos para a defesa do arguido e o carácter de direito fundamental que o direito à defesa assume (cfr.art.º 32, n.º 10, da C.R.Portuguesa) que justificam que se faça derivar da sua falta uma nulidade insuprível, nos termos do art.º 63, n.º 1, al.d), do R.G.I.T.

(...)

12. Deve constar da decisão de aplicação de coima a indicação dos elementos que contribuíram para a fixação da coima aplicada. O que se pretende exigir com a inclusão na decisão de todos os elementos relevantes para a aplicação da coima é que o destinatário possa aperceber-se facilmente de todos os elementos necessários para a sua defesa, sem necessidade de se deslocar aos serviços da administração tributária para examinar o processo, o que está em sintonia com o direito constitucional à notificação de actos lesivos e à respectiva fundamentação expressa e acessível (art.º 268, n.º 3, da C.R.P.) e com a garantia do direito à defesa (art.º 32, n.º 10, da C.R.P.), o qual exige que haja a certeza de que ao arguido foram disponibilizados todos os elementos necessários para o concretizar. Por isso, não é relevante em matéria contra-ordenacional a fundamentação por remissão. - [DOC](#)

## Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Outubro

I. O artigo 268º da Constituição da República Portuguesa estabelece os direitos e garantias dos administrados, ou seja, os direitos fundamentais do cidadão enquanto administrado, entre os quais, o direito à fundamentação dos actos que afectem direitos ou interesses protegidos.

II. O sentido jurídico-constitucional do dever de fundamentação determina contextualização da fundamentação, isto é, ela deve ser parte da decisão (e não elaborada a posteriori). - [DOC](#)



## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 25 de Outubro**

1. Não é admissível a ampliação do pedido ao abrigo do disposto no artigo 63.º do CPPT, ex vi do art.º 2.º, al. e), do CPPT, se não tiver por fundamento a prática de um acto tributário praticado no âmbito ou na sequência do procedimento em que o ato originariamente impugnado se insere, nem ao abrigo do artigo 265.º, n.º 2, do CPC, quando a ampliação, sem o acordo da contraparte, é feita depois do enceramento da discussão em primeira instância e não constitui desenvolvimento ou a consequência do pedido primitivo.
2. Os créditos de cobrança duvidosa são aqueles em que o risco de incobrabilidade se considera devidamente justificado.
3. Os créditos incobráveis são aqueles em que se reconhece a respectiva perda, resultante de processo especial de recuperação de empresa e protecção de credores ou de processo de execução, falência ou insolvência.
4. O artigo 39.º do Código do IRC, na redacção vigente em 2007, deve ser interpretado no sentido de que podem ser contabilizados como créditos incobráveis os créditos reclamados em processo de insolvência, por mero efeito da declaração desta, sem necessidade de ser atestada a sua incobrabilidade concreta.
5. O acto tributário tem natureza definitiva e executória constituindo a respectiva liquidação uma declaração unilateral do direito a que se arroga o Estado a perceber um determinado quantitativo pecuniário.
6. A erradicação de um acto tributário da ordem jurídica, por novo acto ou por decisão judicial, não impede que entre o momento da sua prática e o momento em que essa erradicação ocorre o acto seja plenamente eficaz.
7. Assim, a mera impugnação judicial de liquidações adicionais baseadas em correcções a prejuízos fiscais não justifica o reporte desses prejuízos fiscais em exercício posterior. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 3 de Maio**

1. Independentemente da posição que se assuma na controvérsia jurídica sobre os prazos de impugnação da liquidação do imposto do selo a que se refere a verba 28 da TGIS, existindo três prestações para pagamento do imposto liquidado, o facto de em cada uma das notas de cobrança se prever expressamente a impugnação da liquidação, nos termos e prazos estabelecidos no art.º 102.º do CPPT, impõe que face ao princípio geral de direito da boa fé e sob pena de total frustração da confiança que os administrados devem depositar nas informações emanadas da própria Administração, por se tratar de expectativas e confiança que merecem ser tuteladas, se deva relevar como início do prazo de três meses da impugnação o que se conta do termo do prazo de pagamento voluntário da prestação em causa.
2. A impugnação tem sempre por objecto a liquidação na sua totalidade e não a prestação a que se refere a nota de cobrança. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 6 de Novembro**

No âmbito do contrato de “homebanking” a responsabilidade por operações de pagamento não autorizadas incumbe, em princípio, ao prestador de serviços de pagamento, conforme resulta da regra estatuída no artigo 71.º do Dec. Lei n.º 317/2009, de 30 de outubro, cabendo ao ordenante nas concretas situações previstas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 72.º do mesmo diploma, designadamente em caso de negligência grave do ordenante.

Não se tendo apurado ter o cliente permitido, ainda que de forma não intencional, o acesso de terceiros às suas credenciais, não se pode concluir ser imputável a este a quebra da confidencialidade dos dispositivos de segurança. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 20 de Dezembro**

- I. A actividade de inspecionar qualquer local de trabalho, prevista na alínea a) do n.º 1 do art. 11.º do DL n.º 102/2000, de 02-06, reporta-se apenas à circunstância de autorizar o inspector do trabalho a ter livre acesso ao espaço onde a actividade laboral é exercida por trabalhador dependente.
- II. Nesse sentido, não se mostra incluída na referida acção de inspecionar a realização de buscas.
- III. As inspectoras da ACT, ao entraram num escritório de advogados, com o único intuito de verificar da afixação do horário de trabalho, da elaboração do registo dos tempos de trabalho, da inscrição na segurança social e da existência de seguro de trabalho da trabalhadora dependente, não põem em causa o sigilo profissional, nem violam os princípios da legalidade, proporcionalidade e lealdade. - [DOC](#)

## **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11 de Outubro**

- I. Configura uma actividade de intermediação financeira a que é exercida por um Banco, enquanto instituição de crédito autorizada em Portugal para o efeito, quando junto de clientes do Banco os leva a investir capital em obrigações de uma sociedade que os mesmos vieram a subscrever.
- II. O prazo de prescrição de dois anos previsto no art.º 342.º n.º 2 do CVM não é de aplicação automática, já que apenas pode verificar-se a prescrição caso não exista dolo ou culpa grave do intermediário financeiro, juízo que passará sempre pela avaliação dos contornos efectivos que rodearam a negociação e conclusão do contrato realizado, pois só esses factos é que vão permitir perceber se o intermediário financeiro observou os deveres a que estava obrigado no exercício desta sua actividade, designadamente o dever de informação previsto no CVM. - [DOC](#)





**Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 31 de Outubro**

IMT - Fundos de investimento imobiliários - Isenção - [DOC](#)

**Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 29 de Outubro**

IRC – SGPS; Mais-valias e menos-valias; Dedutibilidade; Mensuração de acordo com justo valor; Regime transitório – Art.32.º, n.º2, do EBF - [DOC](#)

**Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 14 de Julho**

IRC - Benefícios Fiscais: SIFIDE e RFAI - Tributações autónomas - [DOC](#)



## LEGISLAÇÃO EUROPEIA

### EUROPEAN COMMISSION

#### DECISIONS AND REGULATION

**Council Decision (CFSP) 2019/25** of 8 January 2019 amending and updating the list of persons, groups and entities subject to Articles 2, 3 and 4 of Common Position 2001/931/CFSP on the application of specific measures to combat terrorism, and repealing Decision - January 9 - [DOC](#)

**Commission Decision (EU) 2018/1961** of 11 December 2018 laying down internal rules concerning the provision of information to data subjects and the restriction of certain of their rights in the context of the processing of personal data for the purpose of internal audit activities - December 12 - [DOC](#)

**Commission Implementing Decision (EU) 2018/1912** of 4 December 2018 amending Implementing Regulation (EU) No 282/2011 as regards certain exemptions for intra-Community transactions - December 7 - [DOC](#)

**Regulation (EU) 2019/26 of the European Parliament and of the Council** of 8 January 2019 complementing Union type-approval legislation with regard to the withdrawal of the United Kingdom from the Union - January 10 - [DOC](#)

**Council Regulation (EU) 2018/1807** of the European Parliament and of the Council of 14 November 2018 on a framework for the free flow of non-personal data in the European Union - November 28 - [DOC](#)

**Council Directive (EU) 2018/2057** of 20 December 2018 amending Directive 2006/112/EC on the common system of value added tax as regards the temporary application of a generalised reverse charge mechanism in relation to supplies of goods and services above a certain threshold - December 27 - [DOC](#)

**Council Directive (EU) 2018/1910** of 4 December 2018 amending Directive 2006/112/EC as regards the harmonisation and simplification of certain rules in the value added tax system for the taxation of trade between Member States - December 7 - [DOC](#)

**Commission Implementing Regulation (EU) 2019/51** of 11 January 2019 amending Council Regulation (EC) No 1210/2003 concerning certain specific restrictions on economic and financial relations with Iraq - January 14 - [DOC](#)

**Commission Implementing Regulation (EU) 2019/24** of 8 January 2019 implementing Article 2(3) of Regulation (EC) No 2580/2001 on specific restrictive measures directed against certain persons and entities with a view to combating terrorism, and repealing Implementing Regulation (EU) 2018/1071 - January 9 - [DOC](#)

**Commission Implementing Regulation (EU) 2018/1889** of 4 December 2018 on the extension of the transitional periods related to own funds requirements for exposures to central counterparties set out in Regulations (EU) No 575/2013 and (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council - December 5 - [DOC](#)

**Decision (EU) 2019/48 of the European Central Bank** of 30 November 2018 on the paying-up of the European Central Bank's capital by the non-euro area national central banks and repealing Decision ECB/2013/31 - January 11 - [DOC](#)

**Decision (EU) 2019/46 of the European Central Bank** of 29 November 2018 laying down the measures necessary for the contribution to the European Central Bank's accumulated equity value and for adjusting the national central banks' claims equivalent to the transferred foreign reserve assets and repealing Decision ECB/2013/26 - January 11 - [DOC](#)

**Decision (EU) 2019/45 of the European Central Bank** of 29 November 2018 laying down the terms and conditions for transfers of the European Central Bank's capital shares between the national central banks and for the adjustment of the paid-up capital and repealing Decision ECB/2013/29 - January 11 - [DOC](#)



**Decision (EU) 2019/44 of the European Central Bank** of 29 November 2018 on the paying-up of the European Central Bank's capital by the national central banks of Member States whose currency is the euro, amending Decision ECB/2014/61 and repealing Decision ECB/2013/30 - January 11 - [DOC](#)

**Decision (EU) 2019/43 of the European Central Bank** of 29 November 2018 on the national central banks' percentage shares in the key for subscription to the European Central Bank's capital and repealing Decision ECB/2013/28 - January 11 - [DOC](#)

**Decision (EU) 2018/1845 of the European Central Bank** of 21 November 2018 on the exercise of the discretion under Article 178(2)(d) of Regulation (EU) No 575/2013 in relation to the threshold for assessing the materiality of credit obligations past due - November 26 - [DOC](#)

**Document (EU) 2019/C 2/01** - Interest rate applied by the European Central Bank to its main refinancing operations: 0,00 % on 1 January 2019 — Euro exchange rates - January 4 - [DOC](#)

**Document (EU) 2018/C 437/04** - Interest rate applied by the European Central Bank to its main refinancing operations: 0,00 % on 1 December 2018 — Euro exchange rates - December 4 - [DOC](#)

**Own-Initiative Opinion 2018/C 440/02** - Opinion of the European Economic and Social Committee on 'Trust, privacy and security for consumers and businesses in the internet of Things' - December 6 - [DOC](#)

## OTHER DOCUMENTS

**Economic forecast for Portugal** - [DOC](#)

Public consultation: **Evaluation of the Consumer Credit Directive** - [DOC](#)

**Government finance** statistics – Quarterly data - [DOC](#)

**Fiscal Sustainability Report 2018** - [DOC](#)

Decision making on **EU Tax Policy** - [DOC](#)

Commission launches debate on a gradual transition to **more efficient and democratic decision-making** in EU tax policy - [DOC](#)

European **Business Cycle Indicators** – 4th Quarter 2018 - [DOC](#)

International trade in services in 2017: **EU surplus up to over €190 bn** - Product - Eurostat - [DOC](#)

Banking Union: Agreement on measures to prevent the accumulation of **non-performing loans** - [DOC](#)

Commission reports on progress in **risk reduction** in the Banking Union and calls for **faster progress on Capital Markets Union** ahead of EU Leaders' meetings - [DOC](#)

Banking Union: Agreement on **measures to prevent the accumulation of non-performing loans** - [DOC](#)

Completing the Banking Union: Commission welcomes **political agreement to further reduce risks in the EU banking sector** - [DOC](#)

Eurogroup Statement on the **Draft Budgetary Plans for 2019** - [DOC](#)

## ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

### MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

**Implementing and delegated acts** - [DOC](#)



ESMA issues latest double **volume cap data** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&AS on MIFID II and MIFIR **commodity derivatives topics** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&AS on MIFID II and MIFIR **transparency topics** - [DOC](#)

ESMA amends guidelines on the **application of c6 and c7 under MiFIDII** - [DOC](#)

## OTHER DOCUMENTS

ESMA publishes responses to call for evidence on **periodic auctions for equity instrument** - [DOC](#)

ESMA reports on **accepted market practices under MAR** - [DOC](#)

ESMA provides standards on supervisory cooperation under the **securitisation regulation** - [DOC](#)

Crypto-assets need common EU-wide approach to ensure **investor protection** - [DOC](#)

ESMA is **seeking corporate reporting experts** for stakeholder panel - [DOC](#)

ESMA report finds **investment product performance** highly impacted by charges - [DOC](#)

Notice of ESMA's product intervention **renewal decision in relation to binary options** - [DOC](#)

ESMA consults on guidelines on **settlement fails reporting and standardised procedures and messaging protocols** under CSDR - [DOC](#)

ESMA **withdraws the registrations** of S&P Italy and S&P France following merger - [DOC](#)

ESMA issues guidelines on **non-significant benchmarks** - [DOC](#)

ESMA provides update on assessment of third-country **trading venues for the purpose of post-trade transparency and position limits** - [DOC](#)

ESMA to **renew restrictions on CFDS** for a further three months from 1 February 2019 - [DOC](#)

ESMA is ready to review UK CCPS' and CSDS' recognition applications **for a no-deal BREXIT scenario** - [DOC](#)

ESMA tells firms to provide clients with information **on the implications of BREXIT** - [DOC](#)

ESMA consults on measures to **promote sustainability** in EU capital markets - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As regarding the **Benchmark Regulation** - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on **implementation of CRA Regulation** - [DOC](#)

ESAs publish joint **EMIR STS standard** - [DOC](#)

ESMA registers DBRS Ratings GmbH **as credit rating agency** - [DOC](#)

ESMA publishes final report on **the tick size regime** - [DOC](#)

ESMA publishes the responses to its Consultation on stress testing guidelines for **Money Market Funds** - [DOC](#)

ESMA is seeking experts in **financial innovation** for its consultative group - [DOC](#)

ESMA appoints **new Securities and Markets Stakeholder Group** - [DOC](#)

ESMA reports on annual **market share of credit rating agencies** - [DOC](#)

ESMA registers A.M. Best (EU) Rating Services B.V. as **credit rating agency** - [DOC](#)

ESMA sees rising market nervousness and sensitivity linked to **Brexit risks** - [DOC](#)



ESAs propose to amend bilateral margin **requirements to assist Brexit preparations** for OTC derivative contracts - [DOC](#)

## EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA publishes final guidance regarding the **exposures to be associated with high risk** - [DOC](#)

Updated EBA Risk Dashboard shows EU banks have further **improved their resilience but profitability** remains weak - [DOC](#)

EBA reports on **crypto-assets** - [DOC](#)

EBA releases its annual assessment of the consistency of **internal model outcomes** - [DOC](#)

EBA publishes report on cost and performance of **structured deposits** - [DOC](#)

EBA publishes response to letter received on reclassification of **grandfathered own funds instruments** - [DOC](#)

EBA provides preliminary assessment on post-implementation impact of **IFRS 9 on EU Institutions** - [DOC](#)

EU banks funding plans indicate **increased appetite for client deposits** and market-based funding in the coming years - [DOC](#)

EBA publishes an Opinion on the use of **eIDAS certificates under PSD2** - [DOC](#)

EBA publishes final guidelines on the **STS criteria in securitization** - [DOC](#)

EBA consults on guidelines on **ICT and security risk management** - [DOC](#)

EBA issues a call for expressions of interest to participate in its working group on **APIs under PSD2** - [DOC](#)

EBA sees further improvements in EU banks resilience but highlights **challenges connected to profitability, funding and operational risk** - [DOC](#)

EBA publishes final Guidelines on disclosure of **non-performing and forborne exposures** - [DOC](#)

EBA to run its next EU-wide **stress test in 2020** - [DOC](#)

The EBA calls for more action by financial institutions in their **Brexit-related communication to customers** - [DOC](#)

EBA launches **consultation to amend Regulation on benchmarking of internal models** - [DOC](#)

ESAs publish statement clarifying securitisation disclosure requirements and consolidated application of **securitisation rules for credit institutions** - [DOC](#)

ESAs propose to amend bilateral margin requirements to assist **Brexit preparations for OTC derivative contracts** - [DOC](#)

EBA provides overview of Competent Authorities implementation and transposition of the **CRD IV package** - [DOC](#)

EBA publishes final Guidelines on the exemption from the **fall back mechanism under the RTS on SCA and CSC** - [DOC](#)

## ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs announce multilateral agreement on the **exchange of information between** the ECB and AML/CFT competent authorities - [DOC](#)





ESAs publish joint report on **regulatory sandboxes and innovation hubs** - [DOC](#)

ESAs publish joint **EMIR STS standards** - [DOC](#)

ESAs publish statement clarifying securitisation disclosure requirements and consolidated application of **securitisation rules for credit institutions** - [DOC](#)

## ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Expected credit loss approaches in Europe and the United States: **differences from a financial stability perspective** - [DOC](#)

## FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

**2019 fines** - [DOC](#)

**Public Consultation 2019/1** - Recovering the **costs of regulating** securitisation repositories after the **UK leaves** the European Union - [DOC](#)

**Public Consultation 2019/2** - **Brexit** and contractual continuity - [DOC](#)

## EUROPEAN DATA PROTECTION BOARD

**Public Consultation:** Guidelines n.º 3/2018 on the territorial scope of the **GDPR** (Article 3) - [DOC](#)

## EUROPEAN COURT OF AUDITORS

European Central Bank must allow **full scrutiny of banking supervision** - [DOC](#)



## JURISPRUDÊNCIA

### JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

#### **Acórdão do Tribunal de Justiça (UE), de 10 de Dezembro**

Reference for a preliminary ruling — Article 50 TEU — Notification by a Member State of its intention to withdraw from the European Union — Consequences of the notification — Right of unilateral revocation of the notification — Conditions - [DOC](#)

#### **Court of Justice of the European Union, Press Release n.º 187/18, December 4**

Advocate General Campos Sánchez-Bordona proposes that the Court of Justice should declare that Article 50 TEU allows the unilateral revocation of the notification of the intention to withdraw from the EU - [DOC](#)

#### **Opinion of Advocate General Campos Sánchez-Bordona, December 4**

Question referred for a preliminary ruling — Admissibility — Article 50 TEU — Right of withdrawal from the European Union — Notification of the intention to withdraw — Withdrawal of the United Kingdom (Brexit) — Revocability of the notification of the intention to withdraw — Unilateral revocation — Conditions for unilateral revocation — Agreed revocation - [DOC](#)



## PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

### CEAM - COMISSÃO EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

**Correspondências** entre o **Anexo I** do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 e as **Recomendações do** Código de Governo das Sociedades do **IPCG** de 2018 - [DOC](#)

### CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

**Parecer n.º 45/2018**: relativo ao projeto de decreto-lei que procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA - [DOC](#)

**Parecer n.º 41/2018**: relativo ao projeto de Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento entre a República Portuguesa e a República de Angola - [DOC](#)

### CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

**Evolução orçamental** das administrações públicas até setembro de 2018 - [DOC](#)

### DGO - DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

Circular sobre a **Execução Orçamental** de 2019 - [DOC](#)

### INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**Portugal em números** no ano de 2017 - [DOC](#)

Volume de **Negócios nos Serviços desacelerou** para 2,5% em Novembro - [DOC](#)

A taxa de **variação média do IPC** foi 1,0% em 2018 e a taxa de variação **homóloga** situou-se em 0,7% - [DOC](#)

Empresas perspetivam aumento nominal de 4,3% nas **exportações de bens** em 2019 - [DOC](#)

As **exportações diminuíram** 8,7% e as **importações aumentaram** 11,5% em termos nominais, Novembro - [DOC](#)

Taxa de **variação homóloga do IPC** estimada em 0,9% em Novembro - [DOC](#)

**Produto Interno Bruto aumentou** 2,1% em volume - 3.º Trimestre de 2018 - [DOC](#)

Em Outubro, o **Índice de Produção Industrial** registou uma variação homóloga de -0,3% - [DOC](#)

Um euro a mais de **exportações reparte-se em** 44 cêntimos de importações adicionais e em mais 56 cêntimos de PIB - [DOC](#)

### ORDEM DOS ADVOGADOS

Parecer n.º 6/PP/2018-G - **Competência para o reconhecimento** de todo o tipo de **assinaturas** - [DOC](#)



## BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

**Trends in financial intermediation** and implications for the regulation and supervision of the European financial sector - [DOC](#)

The 2008 crisis: **transpacific or transatlantic?** - [DOC](#)

BIS **Quarterly Review**, December 2018 - [DOC](#)

## EURONEXT

Euronext announces **quarterly review results** for the PSI20 - [DOC](#)

## IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF Annual **Report 2018** - Building a shared future - [DOC](#)

The Future of Saving: The Role of **Pension System Design** in an Aging World - [DOC](#)

New opportunities and future **global challenges** - [DOC](#)

**Global Value Chains**: What are the Benefits and Why Do Countries Participate? - [DOC](#)

Macroeconomic Consequences of **Tariffs** - [DOC](#)

**Public Debt** Through the Ages - [DOC](#)

**Fiscal Implications** of Government Wage Bill Spending - [DOC](#)

The **Present Value of Corporate Profits**: A Forecasters' Survey Perspective - [DOC](#)

Corporate **Tax Reform**: From Income to Cash Flow Taxes - [DOC](#)

Does an Inclusive Citizenship Law Promote **Economic Development**? - [DOC](#)

The **Impact of Bailouts** on the Probability of Sovereign Debt Crises: Evidence from IMF-Supported Programs - [DOC](#)

**Bank Profitability** and Financial Stability - [DOC](#)

Countercyclical **Fiscal Policy and Gender Employment**: Evidence from the G-7 Countries - [DOC](#)

**Universal Basic Income**: Debate and Impact Assessment - [DOC](#)

Designing Sound **Fiscal Relations** Across Government Levels in Decentralized Countries - [DOC](#)

Media Sentiment and International Asset **Prices** - [DOC](#)

Age of Insecurity: **Rethinking the Social Contract** – IMF Finance & Development Magazine - [DOC](#)

5 Charts That Explain the **Global Economy in 2018** - [DOC](#)

Countries in the IMF **Financial Spotlight** in 2019 - [DOC](#)

## OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Details of **Tax Revenue: Portugal** - [DOC](#)

Revenue Statistics 2018: **Portugal** - [DOC](#)



OECD Reviews of **School Resources**: Portugal 2018 - [DOC](#)

Good Jobs for All in a Changing World of Work: **How does PORTUGAL compare?** - [DOC](#)

Competition Assessment Reviews: Portugal - Volume II - **Self-Regulated Professions** - [DOC](#)

Competition Assessment Reviews: Portugal - Volume I - **Inland and Maritime Transports and Ports** - [DOC](#)

Impact Investment needs **global standards** and better measurement - [DOC](#)

Corporate **tax remains a key** revenue source, despite falling rates worldwide - [DOC](#)

**Composite Leading Indicators (CLI)**, January 2019 - [DOC](#)

**Employment** situation, third quarter 2018 - [DOC](#)

Harmonised **Unemployment** Rates (HURs) - [DOC](#)

Consumer **Prices** - [DOC](#)

**Corporate Tax** Statistics Database - [DOC](#)

**G20** GDP Growth - Third quarter of 2018 - [DOC](#)

International **productivity gaps**: Are labour input measures comparable? - [DOC](#)

Revenue Statistics 2018: **Tax revenue trends** in the OECD - [DOC](#)

Revenue Statistics 2018: **OECD countries** - Comparative tables - [DOC](#)

Domestic Revenue Mobilisation: A new **database on tax levels and structures** in 80 countries - [DOC](#)

Revenue Statistics 2018: **Convergence of tax levels and tax structures** in OECD countries - [DOC](#)

Good Jobs for All in a Changing World of Work: **The OECD Jobs Strategy** - [DOC](#)

## OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

IOSCO statement on **disclosure of ESG matters** by issuers - [DOC](#)

IOSCO issues good practices to assist audit committees in supporting **audit quality** - [DOC](#)

## EUROPEAN ISSUERS

Future of **Corporate Reporting** - [DOC](#)

**Revised Shareholders' Rights Directive**: opportunities and threats - preparation for the application of new rules - [DOC](#)

**Capital Markets Regulations**: Do we need a more proportional and flexible approach? - [DOC](#)

Future of EU **Capital Markets Post-Brexit** - [DOC](#)

10 year anniversary: **European Capital Markets Forum** - Luc Vansteenkiste - [DOC](#)

## BRUEGEL

One size does not fit all: **European integration** by differentiation - [DOC](#)





## ECGI - THE EUROPEAN CORPORATE GOVERNANCE INSTITUTE

Bringing the AGM to the 21st Century: **Blockchain and Smart Contracting Tech for Shareholder Involvement** - [DOC](#)

## FRC - FINANCIAL REPORTING COUNCIL

FRC welcomes the report by the Taskforce on Disclosures about **Expected Credit Losses** - [DOC](#)

**Auditors must improve** their work on the 'front end' of company reports - [DOC](#)

## HARVARD LAW SCHOOL FORUM ON CORPORATE GOVERNANCE

Top **10 Topics for Directors** in 2019 - [DOC](#)

## J.P. MORGAN

**Blockchain and the decentralization revolution:** A CFO's guide to the potential implications of distributed ledger technology - [DOC](#)

The great shareholder shift: Developing financial policies for an **evolving shareholder base** - [DOC](#)

**Global Market Outlook 2019** - [DOC](#)

## MCKINSEY

A better way to **anticipate downturns** - [DOC](#)

## MICHAEL PAGE

Perspetivas sobre os **CFO e Liderança Financeira** - [DOC](#)

## NEW FINANCIAL

Report: The New Financial **global capital markets growth index** - [DOC](#)

## PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

**Public Debt** and Low Interest Rates - [DOC](#)

## PWC - PRICE WATER HOUSE COOPERS

Reporting with purpose and impact: Celebrating openness in your **sustainability reporting** - [DOC](#)

Um orçamento de consolidação: **Orçamento do Estado 2019 Lei final** - [DOC](#)



## RFF - SOCIEDADE DE ADVOGADOS ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA & ASSOCIADOS

**Dupla Tributação** Internacional em Portugal (2019) - [DOC](#)

## THE ECONOMIST - INTELLIGENCE UNIT

EIU **Democracy Index** 2018 - World Democracy Report - [DOC](#)

## WEBER SHANDWICK

**CEO Activism** in 2018: The purposeful CEO - [DOC](#)

## WHARTON - UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA

What's Ahead for the **Stock Market in 2019** - [DOC](#)

## WORLD ECONOMIC FORUM

These 13 charts show what the world really thinks about **Globalization 4.0** - [DOC](#)

The **Global Risks Report 2019** - [DOC](#)

## WORLD FEDERATION OF EXCHANGES

Enhancing **liquidity in emerging markets** - [DOC](#)

Enhancing **retail participation in emerging markets** - [DOC](#)

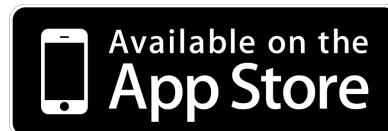
What **attracts international investors** to emerging markets? - [DOC](#)

## DOODLE

The **state of meetings** report 2019 - [DOC](#)

# APP AEM

## MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



**TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO**

READ

FOLLOW

LINK

LIKE

SHARE

DISCUSS



[website](#)



[blog](#)



[linkedin](#)



[facebook](#)



[twitter](#)



[e-mail](#)

# REGULATORY UPDATE

Janeiro 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes  
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito  
1200-092 Lisboa

Telefone: +351 21 820 49 70

Fax: +351 21 807 74 90

[abel.ferreira@aem-portugal.com](mailto:abel.ferreira@aem-portugal.com)

[www.emitentes.pt](http://www.emitentes.pt)

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -  
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,  
1050-215 Lisboa

Telefone: +351 213 170 996

Fax: +351 213 170 999

[sofia.borges@slba.pt](mailto:sofia.borges@slba.pt)

[www.slba.pt](http://www.slba.pt)

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em [geral@aem-portugal.com](mailto:geral@aem-portugal.com).